

Apresentação do Dossiê:

Estado, democracia e movimentos sociais na América Latina contemporânea

Eduardo Scheidt¹
Rafael Araujo²

Desde princípios do século XX, os países da América Latina se veem diante do desafio de construir alternativas para a modernização do Estado e o desenvolvimento nacional, frente à crise e ao colapso dos regimes de dominação oligárquica, fundamentados no modelo primário-exportador. Liberais em aspectos econômicos, na política, o Estado oligárquico era bastante interventor, especialmente na garantia da exclusividade do poder para os grupos primário-exportadores por meio de intensa repressão contra os demais setores da sociedade. Nas primeiras décadas do século, alguns países vivenciaram rupturas com o modelo oligárquico, como a Revolução Mexicana, iniciada em 1910, e a eleição de Hipólito Yrigoyen para presidente da Argentina, em 1916. Porém, é somente a partir dos anos de 1930, que a maioria dos países da América Latina se depara com o desafio de superação da dominação oligárquica, frente ao colapso do modelo primário-exportador no contexto da depressão mundial. Intensificam-se as mobilizações em prol da democratização da sociedade e de novos modelos de desenvolvimento econômico. Esse cenário foi marcado pela exacerbação do nacionalismo, do autoritarismo, dos movimentos sociais e das polarizações ideológicas. As propostas para superação do modelo oligárquico das sociedades latino-americanas não foram adotadas sem conflitos e convulsões.

¹ Professor de História da América na Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo – RJ. Membro do Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma instituição. E-mail: edusch.uerj@gmail.com

² Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Maracanã. E-mail: rafa.ara@gmail.com

Entre as décadas de 1930 e 1950, o cardenismo no México, o varguismo no Brasil e o peronismo na Argentina se destacam como exemplos de superação do modelo oligárquico. Calcado na forte intervenção econômica e social do Estado, essas experiências buscavam promover um desenvolvimento econômico privilegiando o mercado interno e reformas sociais e inclusão cidadã de setores sociais tradicionalmente excluídos. Os conflitos sociais se acentuaram a partir desse período. Paulatinamente, setores cada vez mais amplos das burguesias nacionais e das tradicionais oligarquias se voltavam contra esse modelo de Estado desenvolvimentista e interventor, aliando-se a grupos econômicos e a países estrangeiros em prol do livre mercado e da entrada do capital estrangeiro nos países latino-americanos. Por outro lado, os movimentos sociais tornavam-se cada vez mais organizados e atuantes, lutando pela amplificação das reformas e das conquistas democráticas e sociais. Alguns setores desses movimentos tomavam rumos mais autônomos e em prol da revolução social, especialmente após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A transformação da revolução cubana de democrática e popular em socialista alterou substancialmente as lutas sociais latino-americanas. Setores das esquerdas e dos movimentos sociais tomam as lutas pelo socialismo como tarefa essencial das transformações dos países do subcontinente.

Nas décadas de 1960 e 1970, disseminam-se pela maior parte do subcontinente os golpes de Estado e as ditaduras civis-militares, como uma reação autoritária e conservadora contra os acirramentos dos movimentos sociais, os modelos de Estado nacional-desenvolvimentistas e, principalmente, os temores de novas revoluções populares. O anticomunismo, a radicalização das disputas políticas e as crises econômicas das democracias latino-americanas favoreceram a coalização política de grupos conservadores heterogêneos em favor de golpes de Estado e ditadura militares. Os golpes e as ditaduras contaram com o apoio explícito dos EUA, dos grandes grupos econômicos privados nacionais e internacionais, bem como da maior parte das elites e das classes médias latino-americanas. As ditaduras promoveram modelos de Estado fortes e autoritários, em especial na imposição de projetos econômicos alinhados ao capital internacional e na dura repressão contra os movimentos sociais, em particular, e os

variados grupos opositores. O terrorismo de Estado foi a tônica das ditaduras, com um enorme número de prisões, sequestros, torturas e assassinatos, desmantelando os movimentos sociais.

A partir de meados da década de 1970, as ditaduras civis-militares entram em crise e, ao longo dos anos 80 e 90, desencadeiam-se os processos de abertura política e redemocratização na América Latina. Os modelos de Estado democrático se fundamentam nas liberdades políticas e eleição de representantes, mas sem promoverem reformas sociais ou modelos de desenvolvimento econômicos alternativos. Principalmente nos anos 90, muitos países procuraram se alinhar ao “Consenso de Washington” implantando diretrizes neoliberais por meio de amplas privatizações, aberturas ao grande capital oligopólio mundial e a retirada de inúmeros direitos sociais da maioria da população. A onda neoliberal apontava para um relativo enfraquecimento do Estado em prol do domínio dos grandes grupos privados na condução econômica. Em meio a esse processo, setores das camadas populares ensaiam novos protagonismos, especialmente com o surgimento de diversos movimentos sociais de novo tipo, como o neozapatismo, os *piqueteros*, os “sem terras”, a série de mobilizações indígenas na defesa de seus direitos e de suas culturas, entre outros. Esses novos movimentos sociais se caracterizam por se fragmentarem em lutas por demandas específicas, mas todos se voltam contra o modelo neoliberal e lutam por inclusões econômicas e sociais, ainda que não proponham claramente novos modelos de Estado. Outro aspecto desses movimentos sociais são as lutas em prol de ampliações da democracia, criticando os limites da democracia representativa e propondo diversos mecanismos de democracia participativa.

Na primeira década do presente século ocorre uma clara mudança de rumo na política, com a ascensão de diversos governos de esquerda ou centro-esquerda em grande parte da América Latina. Igualmente caracterizados como “progressistas”³, esses

³ O termo “progressista”, a nosso ver, é utilizado para demonstrar que foram governos que, embora tenham realizado muitos programas sociais que possibilitaram melhorias na situação da maioria da população e diversas formas de inclusão social, jamais ultrapassaram o marco do capitalismo e, na maioria dos casos, nem mesmo afetaram os lucros dos grandes grupos privados. Consideramos, entretanto, essa denominação muito vaga e preferimos nos referir a governos de esquerda (quando conduzidos exclusivamente por partidos de esquerda) ou centro-esquerda (para os casos de alianças de partidos de esquerda com partidos

governos buscaram novamente reforçar o papel do Estado, em especial na promoção de diversos programas sociais cujo objetivo era redistribuir renda e promover inclusão social dos setores mais pobres das populações. Nos casos mais moderados, como Brasil, Uruguai e Argentina, não houve alterações no modelo de democracia liberal ou no domínio dos grandes grupos privados. Já nos governos mais radicais, como os da Venezuela, da Bolívia e do Equador, ocorrem mudanças mais profundas, como a redação de novas constituições que asseguram, entre outros aspectos, modelos de democracia participativa e ampliação dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, há um maior fortalecimento do Estado, principalmente do poder executivo nacional, bem como um forte acirramento das lutas contra as elites econômicas e camadas numerosas das classes médias, acentuando as disputas políticas e as polarizações sociais e ideológicas.

Ao longo da última década, os governos progressistas entraram em crise e alguns foram derrotados eleitoralmente (Argentina em 2015, Chile em 2017 e Uruguai em 2019) ou derrubados por novos tipos de golpes de Estados⁴ (Paraguai em 2012, Brasil em 2016 e Bolívia em 2019), concomitantes com a nova onda de direita que vem assolando a América Latina nos anos recentes. A ofensiva das direitas visa retomar as diretrizes neoliberais, atacar fortemente os direitos trabalhistas e sociais, além de colocar em risco as próprias democracias na região. Os golpes de Estado de novo tipo e o acirramento do autoritarismo e de medidas repressoras contra a população vêm sendo cada vez mais frequentes. Em meio a esse processo, as esquerdas e os movimentos sociais ensaiam reações desde o ano passado, como o retorno da centro-esquerda ao governo da Argentina

de outros matizes ideológicos). Embora concordemos que em nenhum caso esses governos puseram em xeque a ordem capitalista, defendemos que deve ser demarcado que foram governos conduzidos pelas esquerdas ou coalizões e promoveram muitas mudanças nos âmbitos político, econômico e social das sociedades latino-americanas.

⁴ “Golpes de Estado de novo tipo” ou “neogolpismo” são alguns conceitos propostos para caracterizar destituições de governos eleitos nos últimos anos, desde o afastamento de Manuel Zelaya da presidência de Honduras em 2009. Esses golpes diferem dos protagonizados nos anos 60 e 70 porque, em geral, não fazem uso das FFAA, mas sim são golpes protagonizados pelos parlamentos e/ou poderes judiciários, com amplo apoio da mídia. Apesar de promoverem rupturas institucionais (devido à destituição de governos eleitos durante seus mandatos), tais golpes de Estado de novo tipo procuram manter o funcionamento das instituições para dar um verniz de constitucionalidade.

e as expressivas mobilizações populares no Equador, na Colômbia e principalmente no Chile, onde explodiu uma rebelião popular a partir de outubro do ano passado.

O baixo crescimento econômico nos últimos seis anos contribuiu para o desencadeamento dessa nova onda de rebeliões. Dados divulgados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), abrangendo entre 2014 e 2019, demonstraram que o esgotamento do ciclo de alta do preço internacional das *commodities* possibilitou a inócua expansão do Produto Interno Bruto (PIB) regional, que girou em torno dos 0,4%.⁵ A frágil expansão das economias locais colaborou para o aumento dos índices de pobreza e de desemprego. Cerca de 191 milhões de pessoas, 30,8% dos latino-americanos, encontravam-se em situação de miséria em 2019, segundo estimativa cepalina. Em 2014, o número girava em torno de 164 milhões de habitantes.⁶

A junção de tais elementos compôs um mosaico que estimulou as mobilizações populares do fim de 2019 e, diante dos imprevisíveis os efeitos da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 (Covid-19), retrações do PIB, elevação da pobreza, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho deverão ocorrer nos países da região. Em relatórios preliminares sobre esses temas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a CEPAL já projetaram perspectivas sombrias. O número de desempregados formais pode alcançar a cifra de 38 milhões de indivíduos e cerca de 20 milhões de cidadãos serão inseridos na condição de pobreza, segundo estimativas das duas entidades.⁷

Apresentamos ao leitor o dossiê temático **Estado, democracia e movimentos sociais na América Latina contemporânea**. Procuramos expor aos pesquisadores da área de América temas concernentes à história contemporânea e do tempo presente de nossa região. Em razão disso, organizamos uma edição que contempla variados temas da

⁵ *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019> Acesso: 10 de março de 2020.

⁶ *Panorama Social de América Latina, CEPAL*, (2019). P. 97.

⁷ *Observatorio de la OIT: El Covid-19 y el mundo del trabajo. Tercera Edición*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743154.pdf Acesso 07 de maio de 2020 e *América Latina y el Caribe ante la pandemia del Covid*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales> Acesso: 09 de abril de 2020.

contemporaneidade latino-americana, a saber: revoluções, ditaduras, democracia, relações internacionais, cinema e ensino de história. Essas questões estão contempladas nos treze artigos que compõem este trabalho.

Abrem o dossiê dois artigos sobre a Revolução Mexicana, primeiro acontecimento histórico de grande impacto na América Latina no século XX. O artigo “Liberalismo radical e anarquismo no México porfirista”, de Felipe Santos Deveza, trata dos impactos do anarquismo e do socialismo ao final do porfiriato e primeiros anos da revolução. Centrando sua análise nas ideias de Ricardo Flores Magón e do movimento zapatista, Deveza demonstra como as ideias no México não correspondem a réplicas de movimentos europeus, mas sim foram interpretadas e ressignificadas de acordo com as particularidades mexicanas, inclusive preservadas marcadas das ideologias liberais difundidas no México antes da revolução.

Já Maria Luiza Pérola Dantas Barros trata da Revolução Mexicana no contexto contemporâneo. Em seu artigo “A Revolução Mexicana nos livros didáticos de História do PNL D 2018”, a autora analisa como material didático destinado ao ensino médio brasileiro retrata a Revolução Mexicana. Apesar da relevância para a História da América Latina, a autora afirma que mais de 60% dos livros didáticos não tratam da Revolução Mexicana, sendo que dentre os que abordam a temática, a maioria segue um viés descritivo e factual, privilegiando a ação de “grandes homens” e excluindo a análise da participação dos segmentos populares.

Dando continuidade à temática das revoluções latino-americanas, o artigo de Igor Lemos Moreira enfoca nos exilados cubanos que se refugiaram nos EUA após a vitória da Revolução Cubana. No artigo intitulado “Nostalgias, expectativas e temporalidades na canção *Esperando (cuando Cuba sea libre)*”, o autor reflete como a canção de Gloria Estefan é utilizada por comunidades cubanas nos Estados Unidos para evocar sentimentos nostálgicos e manutenção da identidade nacional no exílio. Ao analisar grupos de exilados antiafricanistas, Igor Moreira explora um tema ainda muito pouco pesquisado por historiadores da Revolução Cubana.

No artigo “A “democracia popular” da Frente Sandinista de Libertação Nacional: uma breve discussão a partir do debate marxista e da práxis revolucionária”, Stella Ferreira Gontijo abordou a Revolução Sandinista na Nicarágua. A autora avaliou a história desse processo revolucionário e a liderança da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Além disso, debateu as formulações acerca da democracia por parte dos membros da FSLN. A partir de categorias do marxismo, a autora aborda tal questão e busca desenvolvê-la à luz da análise de uma das revoluções mais pujantes da história latino-americana do século XX.

Também sobre a questão democrática, no artigo “A Plataforma Democrática e a “coesão social na democracia” na América Latina (2007-2017)”, Diego Martins Dória Paulo avaliou as contribuições do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais nas formulações sobre a democracia e o ideário de coesão social. A partir do estudo da Plataforma Democrática “*think tank*”, que ambiciona fomentar em nossa região modelos de democracia e de reformas socioeconômicas que atendam a interesses corporativos do grande capital, o autor analisa criticamente as contribuições daquelas entidades para o desenvolvimento político, econômico e social da nossa região.

No artigo “Haiti, MINUSTAH e democracia: a técnica de governo biopolítico na operação da Organização das Nações Unidas”, Lukas Lobo Santos examinou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), estabelecida em 2004. Segundo ele, essa recente operação chancelada pela Organização das Nações Unidas (ONU) expressa o auge das intervenções estrangeiras na ilha antilhana. Para demonstrar tal hipótese de análise, o autor utiliza bibliografia especializada no tema e documentação de instituições envolvidas na Missão. Ademais, ele realiza uma digressão sobre outros períodos de ingerência estrangeira no Haiti e demonstra como racismo fundamentou ideologicamente essas experiências.

A questão da democracia também permeia o artigo “O movimento argentino pelos direitos humanos: um estado da questão (1985-2019)”, de Marcos Tolentino. O autor trata das lutas pelos direitos humanos na Argentina desde o final da última ditadura, enfocando

na construção de memórias sobre o período ditatorial. Conforme Tolentino, os discursos e memórias construídas em torno da ditadura e dos direitos humanos se modificam substancialmente a partir de 1985 até a atualidade. As memórias sobre as ditaduras civis-militares são objeto de disputa entre diferentes segmentos sociais na atualidade em muitos países da América Latina.

As ditaduras civis militares são objeto do artigo de Helder Gordim da Silveira, intitulado “Singularidades nacionais e lógica do mercado: o golpe de 1964 no Brasil nas páginas da revista argentina *Panorama*”. Por meio de um veículo da imprensa empresarial argentina, o autor analisa como o golpe no Brasil e os primeiros tempos da ditadura militar foram noticiados com o intuito ideológico de legitimar o processo e contribuir para promover, entre os empresários da Argentina, a defesa de uma saída autoritária e golpista para a crise que o país enfrentava.

Tatyana de Amaral Maia e Gersón Wasen Fraga dão continuidade ao tema de construção de discursos sobre as ditaduras militares latino-americanas. No artigo “Estado, audiovisual e políticas de memória”, os autores analisam as representações construídas sobre as ditaduras em oito curtas-metragens do canal *Encuentros* exibidos pela TV pública argentina em 2016. O artigo demonstra como uma visão crítica da ditadura está associada à consolidação de uma política pública de valorização dos direitos humanos no país, desde o início da redemocratização.

Em *Arte x Política: um debate sobre o cinema sul-americano e conservadorismo no tempo presente (2017-2019)*, Igor Lapsky também faz uso de fontes iconográficas ponderando acerca da importância do cinema para a difusão do conhecimento histórico. O autor refletiu sobre o conservadorismo de grupos sociais sul-americanos a partir do estudo da reação de seus componentes a produções cinematográficas realizadas entre 2017 e 2019 no Brasil, Chile e Paraguai. O autor examinou as reações de segmentos religiosos e conservadores dos três países aos filmes *A primeira tentação de Cristo* e *Divino Amor (Brasil)*; *Una mujer fantástica (Chile)* e *Las Herdereras (Paraguai)*. Dessa forma, proporcionou ao leitor uma breve conjuntura política dessas nações e alguns traços constitutivos do discurso conservador regional.

No artigo *Transformações políticas na Colômbia do século XXI: Conflito, Acordo de Paz e seus Efeitos Domésticos e Internacionais*, Fernanda Nanci Izidro Gonçalves investigou as possíveis conexões entre as políticas interna e externa da Colômbia entre 2000 e 2019. Ela apreciou as distintas visões governamentais sobre a integração sul-americana nesse período e ponderou sobre a relevância do acordo de paz estabelecido pelo ex-presidente Juan Manuel Santos com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 2016, para alterações na imagem do país na comunidade internacional. Por fim, a autora dissecou alguns desafios internos e regionais para a gestão de Ivan Duque, cujo mandato presidencial iniciou-se em agosto de 2018.

Em *Ñaupax Manpuni [Olhar o Passado Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado)* Mariana Bruce debateu os significados do governo Evo Morales, entre 2006 e 2019. Utilizando instrumentos de análise propiciados pela teoria decolonial, especificamente o “giro decolonial”, a autora expôs o histórico das lutas indígenas e camponesas em nosso vizinho e as motivações centrais que contribuíram para a eleição do primeiro presidente indígena da história boliviana. Além disso, ela empreendeu uma reflexão crítica da gestão de Morales, que pode auxiliar nas pesquisas sobre a instabilidade política entre outubro e novembro do ano passado, que culminou na sua renúncia forçada em meio a mais um golpe de Estado de novo tipo na região.

Em *Outubro rebelde: eleições e protestos na América Latina*, Claudia Wasserman explorou as possíveis interpretações para o ciclo de mobilizações populares ocorridas em outubro de 2019 em diversos países latino-americanos. A autora relacionou as rebeliões ao rechaço às práticas econômicas neoliberais, que levaram à reversão das políticas distributivas de renda implementadas pelos governos de esquerda a partir de 1999. Ela ponderou, ainda, sobre a recente relação entre a administração de Donald Trump e grupos políticos conservadores latino-americanos. Com isso, ela busca demonstrar as eventuais conexões entre tais atores e o fortalecimento da direita regional.

Da Revolução Mexicana do início do século XX à eclosão do “outubro rebelde” no ano passado o conjunto de artigos do presente dossiê abarcam a totalidade do período

histórico proposto para análise, debruçando-se sobre diversas temáticas acerca do Estado, da democracia e de movimentos sociais na História contemporânea e do tempo presente da América Latina.

Na seção de artigos livres, Douglas de Freitas Pereira toma a literatura como fonte em seu artigo “A poética japonesa por Octavio Paz: apropriação literária e circulação cultural (segunda metade do século XX)”. Partindo de textos escritos por Octavio Paz em uma viagem ao Japão, o autor analisa como o poeta latino-americano se apropriou de elementos da cultura e da poética nipônica em seus escritos. Na perspectiva da circularidade cultural, o artigo mostra como um intelectual latino-americano age como mediador de uma circulação literária e cultural entre o Japão, a América Latina e o Ocidente.

Na seção de traduções, publicamos o artigo “Ao germe o que é do germe: doenças europeias e destruição da civilização andina”, de Domingo Martínez Castilla. Traduzido por Jaime de Almeida e Thais Rosalina Turiel, o artigo foi originalmente publicado na revista *Márgenes. Encuentro y debate*, ano VI, n. 10-11, Lima, em outubro de 1993. O tema central do artigo é o papel crucial que as doenças trazidas pelos invasores europeus, para as quais os povos originários das Américas não tinham anticorpos, tiveram no processo de conquista. Em tempos de pandemia de Covid-19, é interessante rediscutir o papel de grandes epidemias ao longo da história, como foi o caso da conquista espanhola.

As quatro resenhas que compõem a seção abordam variadas temáticas da história americana. Lucas Faria em “*Chicago es una Torre Eiffel*”: *entre representações e materialidade nos relatos de viagem latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX* expôs o livro *Viagens e relatos: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e Estados Unidos no século XIX* de Stella Maris Scatena Franco. A obra analisou as reflexões construídas pelos latino-americanos a partir das suas viagens a Europa e aos Estados Unidos.

Lais Olivato em *Cruzar fronteiras e construir a América do Sul: conexões entre Brasil e Argentina no final do século XIX* examinou o livro *Transnational South America: Experiences, Ideas, and Identities, 1860s-1900s* de Ori Preuss. Esse trabalho empreende

um estudo da construção de uma identidade latino-americana durante o período de modernização no final do século XIX. Os intercâmbios de ideias políticas e culturais naquele período são utilizados nas análises do autor.

Gilberto Maringoni em *Peronismo e perenidade – A longa trajetória de um movimento em constante mutação* resenhou o livro *¿Qué es el peronismo? - De Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina* de Alejandro Grimson tentou interpretar o peronismo a partir da avaliação das suas múltiplas facetas. Há na obra um esforço de compreensão sobre esse fenômeno, que possui uma forte presença na política argentina, mesmo transcorridas quase cinco décadas do falecimento de Juan Domingo Perón.

Uelma Silva discorreu sobre a obra *Fidel Castro: biografia a duas vozes* de Ignacio Ramonet. Nesse trabalho biográfico, há uma apresentação da trajetória política de um dos mais importantes líderes políticos da história latino-americana. Além disso, a história da revolução cubana, a resistência daquela sociedade às pressões norte-americanas e as dificuldades de inserção internacional após o fim da União Soviética em 1991 também são debatidas nessa obra, que reúne uma série de entrevistas do autor com Fidel Castro entre 2003 e 2005.

Desejamos que o presente dossiê contribua para debates de temas em torno da política e de movimentos sociais da América Latina contemporânea, bem como suscite aprofundamentos e novos estudos sobre essas temáticas. Esperamos também contribuir para reflexões sobre o complexo e difícil contexto que estamos vivenciando, para que possamos pensar em formas de resistências e lutas por mudanças nas sociedades de Nossa América. Boa leitura a todos!